

## Mediação e processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais do Trabalho

*Mediation and intersubjective awareness of social representations of Work*

por [William Dias Braga](#)

**Resumo:** Neste artigo o autor apresenta as diferentes acepções da categoria de mediação, que representam uma crítica das filosofias e de todas as concepções do ser. O pensamento da mediação é um trabalho analítico que consiste na distinção, na seleção e no julgamento, ou seja, em um discurso processual que nega as determinações imediatas e busca ativar o campo do sujeito, pois é nas relações intersubjetivas que a categoria de mediação se explica com mais clareza e contribui para a criação de processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais através da argumentação e da manipulação cognitiva para a criação de um "novo real" no campo da Comunicação e do Trabalho.

**Palavras-chave:** Mediação; Dialética; Conhecimento; Explicação; Compreensão Ativa.

**Abstract:** This paper presents different acceptations of the category of mediation, which represents both a critic of the philosophies and of every conceptions of being. The thought of mediation is an analytical work consisting of disclosing, selecting and judging, that is, it comprehends a processual discourse that denies immediate determinations. It aims to activate the field of the subject, as the category of mediation exposes itself more clearly through intersubjective relations - and therefore contributes to the creation of processes of social representation's intersubjective understanding - by the way of cognitive manipulation and argumentation towards the creation of a "new realness" in the fields of Communication and Work.

**Keywords:** Mediation; Dialectics; Knowledge; Explanation; Active Understanding; Awareness.

*Já que o próprio processo do pensar nasce das condições e é em si mesmo um processo da natureza, o pensar verdadeiramente inteligente só pode ser sempre o mesmo.*

*Karl Marx*

*O pensamento da mediação representa uma crítica das filosofias da identidade, isto é, de todas as concepções do ser das quais ficaria excluída a negatividade ou que a confundiriam com o dado imediato. O pensamento da mediação é analítico.*

*Uma história hipotética da igualdade permite mostrar que a natureza, nas diferentes acepções, constitui o fundamento do desenvolvimento das mediações.*

*Enrico Rambaldi*

### Mediação, categoria analítica

A pesquisa tem origem em inquietude teórica que não é recente - ela provém do fato de o problema central da mediação intersubjetiva, a relação entre a natureza humana e sua historicidade, aparecer tratada de modo accidental e frívolo, interpretada através de um *conceito* (uma noção abstrata ou uma idéia geral, designando seja um objeto suposto único, seja uma classe de objetos), ou *categoria* (porque as categorias habitam a representação e a ordenação da experiência e constituem uma classificação de conceitos), cuja investigação perde qualquer força demonstrativa, diluindo-se numa série de analogias, que pretensamente teriam efeito sobre - ou seriam originárias de - todas (ou quase todas) as realidades sociocomunicacionais que permeiam o contrato social vigente. A mediação - esse pancresto que nos faz voar na panacéia - serviria para explicar como os fenômenos e realidades sociais estão todos demarcados pelo campo da comunicação e, mais, como estão todos afeitos ao *modus operandi* da mediação. Esse embrutecimento da inteligência tem um preço

alto: a *degradação da mediação intersubjetiva originária* e o *discurso analógico*, ao conceber a mediação intersubjetiva não como plena de oposições radicais, mas de vácuos alargamentos acríticos, com uma imensa totalidade de mediações reais tomadas, de forma grosseira, por dados imediatos, abandonando - para a análise da mediação social - o método do conhecimento racional do concreto e a elaboração de conceitos e idéias para atingir o conhecimento no devir do real.

A inquietação inaugural levou o autor a apresentar uma pequena recensão ou mapeamento do conceito de *mediação*, tomado à dialética, podendo ser entendido de muitos modos: como mediação analítica para demonstrar a veracidade do próprio discurso cognoscitivo definidor nos confrontos com os outros; como mediação entre as particularidades específicas de cada determinação; como mediação com a generalidade das outras determinações concretas; como redução sistemática e rigorosa dos aspectos que são demonstrados como não fundamentais e complexos; como desenvolvimento fenomenológico e substancial de uns a partir de outros, e da própria perspectiva geral a partir de outras, sublinhando que é na história que tudo encontra mediação, embora, para efeitos de encadeamento analítico, seja oportuno ficar no campo do "sujeito", pois "é nas relações intersubjetivas que a categoria de mediação se explica talvez com maior realce", uma vez que "o homem como indivíduo só adquire um significado real após um desenvolvimento milenar de mediações e o seu pressuposto real é o de ser sempre membro de uma comunidade". (cf. Rambaldi, 1988:145).

Em toda a cultura humana a tomada de consciência da complexidade do real apresenta algumas características unitárias, homogêneas e constantes fundamentais, porque é um caráter unitário, homogêneo e constante que apresenta a realidade, a qual determina o esforço do homem quando a traduz em pensamentos. O fundamento real da universalidade da dialética está na universalidade do devir, na multiplicidade das relações, na negatividade do real.

A experiência, diz Konder, nos ensina que em todos os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão imediata (que nós percebemos imediatamente) e existe uma dimensão *mediata* (que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos).

Somente levando em conta essas (e outras) mediações, afirma o autor, é que poderemos avaliar corretamente toda a significação do fato de, por exemplo, o artigo estar, agora, nesse imediato momento, nas mãos do leitor. As mediações, entretanto, obrigam-nos a refletir sobre outro elemento insuprimível da realidade: as *contradições*. "Há muita confusão em torno da palavra *contradição*. Desde que Hegel expôs pela primeira vez os fundamentos do método dialético, uma das principais objeções formuladas contra ele - uma objeção até hoje repetida - é a de que o conceito de *contradição* usado pelos dialéticos estaria errado". (Konder, 1987, p. 48)

Em Platão, a **dialética** é o processo pelo qual a alma se eleva, por degraus, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou idéias. Ele emprega o verbo *dialeghetai* em seu sentido etimológico de "dialogar", isto é, de fazer passar o *logos* na troca entre dois interlocutores. A dialética é um instrumento de busca da verdade., uma pedagogia científica do diálogo graças ao qual o aprendiz de filósofo utiliza sistematicamente o discurso para chegar à percepção das essências, isto é, à ordem da verdade.

Em Hegel, a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real. Para pensarmos a história, diz Hegel, importa-nos concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não-resolvidos.

Marx faz da dialética um *método*. Insiste na necessidade de consideramos a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a luta de classes. Com a contribuição de Engels, a dialética se converte no método do materialismo e no processo do movimento histórico que considera a Natureza: a) como um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; b) como um estado de mudança e de movimento; c) como o lugar onde o

processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa; d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos tendo um lado positivo e o outro negativo, um passado e um futuro, o que provoca a luta das tendências contrárias que gera o progresso (Marx-Engels). (cf. Japiassú e Marcondes, 1996, p. 70-71)

### **A natureza como fundamento da mediação**

O termo "natureza" pode ser entendido de diversas maneiras: em primeiro lugar, como conjunto de dados físicos e logo objetivos, pelo que compreende o ambiente e o homem como entidade físico-biológica: em segundo lugar, como substrato comum dos homens; em terceiro lugar, como forma de associação produtiva. E aí temos um primeiro problema, central à mediação, já que intersubjetiva e, portanto, demasiado humana: o problema da *igualdade*.

*As determinações concretas que constituem a base primordial da desigualdade são certamente todas por natureza: os homens diferem uns dos outros não apenas com acontecimentos irredutivelmente individuais no palco da história, mas também biológica e psiquicamente, de modo que o especificamente humano é sempre uma relação a posteriori com a realidade natural, da qual, todavia, participa; nisto reside uma passividade fundamental invencível do homem, para além de uma rigidez fundamental do elemento natural objetivo. (Rambaldi, op.cit.:146)*

Na busca de um substrato natural comum aos homens e para a identificação de uma forma natural e universal da associação entre os homens, chega-se ao centro das determinações efetivas da desigualdade entre os homens: a *desigualdade social*, expressa pelas relações de produção, e cuja centralidade do trabalho, hoje, mediada pelas forças hegemônicas humanas do Capital e do Trabalho - geram, em conflito, a luta de classes, principal motor da História - e que têm na Indústria Cultural o principal ator da mediação tecnocapitalista da intersubjetividade humana. Mas é importante ressaltar que

*(...) é ainda na natureza que se deve procurar o fulcro de novas mediações históricas, de modo a que os necessariamente diferentes possam ser todavia plenamente iguais. Seres humanos diferentes são, contudo, iguais quando as diferenciações naturais medeiam a diferenciação dos papéis sociais de modo a que estes não dêem lugar a opressão nem a exploração do homem pelo homem, mas sejam, ao contrário, a expressão direta de especificidades intrínsecas, as quais, enquanto tais, são compatíveis com a igualdade fundamental humana. (Rambaldi, op.cit.: 146-147)*

O fundamento natural humano, afirma o autor, é portanto o *médio* desta igualdade "desequilibrada" e no entanto legítima entre detentores do poder e não detentores. A separação entre igualdade e desigualdade reside, não na recusa de toda e qualquer autoridade legítima, "pois é nitidamente contra as leis da natureza, seja qual for o modo como se defina, que uma criança dê ordens a um velho ou que um imbecil guie um sábio", mas sim na recusa de suas escleroses em matéria de privilégios, das quais a riqueza é a mais patente: "um punhado de homens mergulhados no supérfluo, enquanto a multidão esfomeada carece do necessário". (Rousseau)

O homem nasce por natureza livre e igual aos outros, depositário de uma dignidade inalienável, enquanto é esta a sua substância, ainda que sepultada sob montanhas de desigualdades, não pode ser, contudo, despojado para sempre desta dignidade, e esta explode sempre numa luta incansável para a emancipação. E o homem é propriamente o substrato natural da mediação intersubjetiva, pois é simultaneamente a sua origem e o seu fim: cada membro singular de uma comunidade articulada é, efetivamente, por natureza, livre e igual aos outros, porque por ele o pertencimento à comunidade tem como pressuposto originário e como meta a conservação, produção e reprodução da própria vida. A igualdade natural dos produtores associados é assim a razão intrínseca, fundamental e ineliminável da mediação intersubjetiva.

A relação complexa entre a mediação natural e as mediações históricas reais, plenas de desigualdades, é um problema central na análise da categoria de mediação intersubjetiva. Pode-se fazer uma distinção de dois momentos essenciais na interpretação dessa relação complexa entre *igualdade natural* e *desigualdade histórica*: o caráter natural (espontâneo) mas substancial, necessário e devastador da desigualdade, e o

caráter acidental de uma desigualdade não enraizada nesse mesmo fundamento natural.

Para que o nosso conhecimento avance e o laborioso (e interminável) descobrimento da realidade se aprofunde - quer dizer: para nós podermos ir além das aparências e penetrar na essência dos fenômenos - precisamos realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e sobretudo, a dimensão *mediata* delas.

Associando à **dialética** platônica (com o emprego do verbo *dialeghetai* em seu sentido etimológico de "dialogar") os postulados de Bakhtin sobre o **diálogo**, configura-se uma unidade multivocal (polifônica), sendo que todo diálogo ocorre num contexto temporal-espacial - *cronotopo* - concreto e específico. Os processos sociais transcorrem na tensão existente nessa unidade complexa e cheia de contradições, levando em conta a natureza dialógica, incompleta, aberta e heterogênea da vida social. Nesse contexto, a **consciência** é mais um processo social do que o funcionamento cognitivo de uma unidade autônoma, e seu centro organizador não está *dentro*, mas *entre* diferentes campos envolvidos na comunicação. A realidade social é entendida como a experiência humana constituída por meio de práticas comunicativas ou simbólicas em que esse *entre-lugar* é o *locus* da mediação.

Lembremos os ensinamentos de Schnitman e Littlejohn (1999:101-103): "*dia-logos*" não faz alusão a "dois", mas sim a "por meio de". Diálogo é um termo para a co-criação de significados por meio de - e entre - certo número de interlocutores. Embora o diálogo se apóie na linguagem, ele também a excede. Bakhtin destaca a capacidade que o diálogo tem para construir sentido ao destacar que toda compreensão responde ativamente a um "outro": um diálogo envolve "**compreensão ativa**", de forma complexa e polifônica que se materializa na interseção de campos específicos que se enlaçam, configurando redes, tramas de diálogos possibilitados e limitados por enlaces precedentes e futuros antecipados - o já-dito, a intertextualidade, a interdiscursividade, o silêncio e também o *ainda* não-dito. A comunicação é vista como uma rede de diálogos enlaçados que se constituem e reconstituem em contextos específicos, criando possibilidades não-antecipadas, nem pensadas, transforma potencialidades em novas realidades existenciais e outorga à experiência da mediação algo do caráter aberto e sempre incompleto da aprendizagem e da criatividade.

*A mediação incorpora, assim, uma ecologia da virtualidade, do que não existe ainda, e pode considerar-se então como um empreendimento que, a partir da diversidade e da diferença, constrói uma gama de práticas e significados entre o que é e o que poderia ser. Mediante o traçado de itinerários singulares, o processo de mediação projeta trajetórias possíveis num futuro, explora as bifurcações, as múltiplas alternativas e utiliza as variações e a aleatoriedade para criar a novidade. (op.cit.:104)*

Se o diálogo permite pensar em algo no passado, escutar algo não-escutado, dizer algo não-dito, será possível obter novas formulações ou produções para estabelecer um contexto no qual possam ser consideradas novas perspectivas: **recontextualização**; para que, a partir dali, se dêem situações que adquiram outros sentidos: **ressignificação**; para obter relatos diferentes: **reformulação**. (cf. Schnitman e Littlejohn, 1999:246)

A mediação torna-se um processo comunicacional e adquire um caráter não-previsível, dado que a dependência contextual da mediação - de cada mediação - provê tema, conteúdo, sentido e capacidade de estabelecer conexões possíveis no processo de significação e articulação do pensamento. Dialogar tanto pode significar aceitar o risco de não ver prevalecer seu ponto de acordo quanto ao essencial, quanto acreditar que, para além dos interesses e das opiniões que opõem os homens entre si, exista um lugar comum dependendo de um outro registro do ser do homem (distinto do mundo sensível) e que seja possível tomar um caminho capaz de superar as particularidades individuais (e passionais) e impor uma universalidade (caminho da verdade).

A mediação - na teoria social marxista - tanto se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica, portanto), quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto. A mediação é entendida aqui, como uma categoria bidimensional:

estrutura o ser independentemente da razão, portanto, é ontológica; e como construído da razão, se apropria do movimento do próprio ser social.

O espaço-tempo do trabalho é mediação fundadora do ser social, que se desdobra em mediação da reprodução e mediação da representação. A "mediação da re-produção" decorre da complexidade do processo produtivo do homem, suas relações de trabalho, bem como a esfera da reprodução propriamente dita ou a dimensão da sobrevivência. A "mediação da re-presentação" é entendida como articulada à reprodução e traduzida tanto pela consciência de si frente ao outro como pela mobilização das energias postas em movimento nas lutas e demandas individuais e coletivas, além da manifestação da cultura, da ideologia, do eu, da vida diária das relações de classe de maneira heterogênea e confusa.

O trabalho é a base sobre a qual se sedimenta o próprio universo da realização da atividade do homem. Como *mediador* o trabalho satisfaz necessidades tornando o gênero humano, na sua apropriação da natureza, cada vez mais um gênero para si mesmo. A essência humana, para Marx, é característica fundamental do homem liberto do estranhamento do trabalho e sua efetivação vincula-se à descoberta tanto deste estranhamento como das possibilidades da sua superação, possibilidades que, em si mesmas, alçam os homens à perspectiva de uma individualidade plena no interior de uma universalidade articulada, genérica, mas que não podem ser compreendidas como emancipação humana sem a concorrência da superação da diferença nuclear entre capital e trabalho. A grande maioria dos homens é um apêndice imediato ou mediato dos instrumentos de produção; passou o tempo em que era o meio e o fim da mediação produtiva.

O desenvolvimento das mediações carrega consigo não só o retorno ao fundamento natural, como o enriquece, criando uma natureza verdadeiramente adequada à espécie. A natureza não é, dessa forma, um arquétipo estático, sobre o qual as diferenciações provenientes do desenvolvimento da mediação intersubjetiva provocam apenas uma deformação ou desnaturalização. A relação entre a natureza originária e o desenvolvimento das mediações que a diferenciam e enriquecem, deve entender-se não como uma relação em que a natureza se situa num lado e o desenvolvimento (e portanto a natureza enriquecida) noutro, mas como uma relação em que a natureza é causa dinâmica do desenvolvimento.

*As necessidades naturais que constituem a natureza humana são, na verdade, em si mesmas dinâmicas; desde sempre o homem só pode satisfazê-las graças à mediação da sociedade e dos instrumentos. Mas ambos os lados que intervêm na satisfação não permanecem inertes, mas criam premissas de relações sociais novas, de instrumentos e necessidades novas, 'e esta produção de necessidades novas é a primeira ação histórica' [Marx e Engels, 1845-46] que arranca o homem à naturalidade imediata (Rambaldi, op.cit.:166)*

Na perspectiva voltada para o conhecimento dos fenômenos da sociedade, a apreensão das leis sociais, que subjazem a tais fenômenos, não prescinde da compreensão de que estas se manifestam de forma diferenciada em todo o ser social. Nessa tarefa de determinar os processos sociais, compreender sua dinâmica específica e vincular essa dinâmica específica a outras dinâmicas específicas em outros processos sociais, torna-se evidente que a categoria de *particularidade* assume papel central na dialética do conhecimento porque ela se constitui num *campo de mediações*.

### **A trajetória histórica de um conceito**

Na dialética hegeliana, e posteriormente na marxista, a **mediação** representa especificamente as relações concretas - e não meramente formais - que se estabelecem no real, e as articulações que constituem o próprio processo dialético. Mediação é um conceito descrito pela primeira vez na língua inglesa, segundo Raymond Williams, no ano de 1386, como forma de interceder entre dois adversários, com um forte sentido de reconciliá-los ("*By the popes mediacion ... they been acorded*", trecho de *Man of Law's Tale*). Segundo este autor, mediação é uma palavra complexa, e tem se tornado ainda mais complexa nos usos que diversos sistemas de pensamento modernos têm feito deste termo-chave.

No que tange a um só tempo ao marxismo, à ideologia e aos meios de comunicação de massa Williams (1985:205-206) afirma que o conceito de mediação pode ser concebido como o posicionamento deliberado de certos agentes sociais entre a realidade e a consciência social, para prever e entender a realidade. Em

outra passagem, ele afirma que mediação não é neutra ou indireta, mas a atividade direta e necessária entre diferentes tipos de atividades e consciências, e tem, ela própria, formas específicas. Williams remete o leitor a outros termos-chave, para o entendimento das várias "marcas" que o uso social de "mediação" trouxe com o tempo: dialética, experiência, idealismo, mídia, inconsciente.

Williams, ao tempo em que abandona o conceito de mediação pelo de formas, em "Cultura", e referindo-se ao romance "O Processo", afirma que a mediação pode estar afeita primordialmente aos processos de composição necessários em um determinado meio, estabelecendo três tipos de mediação: mediação por projeção, mediação pela descoberta de um correlato subjetivo e mediação como função dos processos sociais básicos de consciência.

*Como tal, [a mediação] indica as relações práticas entre formas sociais e artísticas. Em seus usos mais comuns, porém, refere-se a um modo indireto de relação entre a experiência e sua composição. A forma desse modo indireto é interpretada diversamente nos diferentes usos do conceito. Assim, por exemplo, o romance de Kafka, O processo, pode ser lido a partir de diferentes posições, como (a) mediação por projeção - um sistema social arbitrário e irracional não é diretamente descrito, em seus próprios termos, mas sim projetado, em seus traços essenciais, como invulgar e estranho; ou (b) mediação pela descoberta de um "correlato objetivo" - compõem-se uma certa situação e personagens para produzir, de forma objetiva, os sentimentos subjetivos ou concretos - uma culpa inexprimível - de que se originou o impulso para a composição; ou (c) mediação como função dos processos sociais básicos de consciência, nos quais certas crises, que de outra forma não se podem captar diretamente, são "cristalizadas" em determinadas imagens e formas de arte diretas - imagens que, então, iluminam uma condição (social e psicológica) básica: não apenas a alienação de Kafka, mas uma alienação generalizada. (Williams, op.cit.: 23-24)*

Os três tipos descritos de mediação, em um "exemplo" voltado para as "formas", podem ser associados às mediações propostas por Meszáros - dentre as mediações de segunda ordem, arbitraria, mais afeita a alienação e a ideologia, a **mediação por projeção**; no que toca as mediações de primeira ordem, a **mediação pela descoberta de um correlato subjetivo** e a **mediação como função dos processos sociais básicos de consciência**.

Ao abandonar o conceito de mediação pelo de "formas", Williams sustenta que o estudo das "formas" deveria prevalecer na análise de elementos sociais e material de comunicações, dando uma pista certa para o que hoje denominados *formas de mediação*:

*Com o pressuposto comum de que o conteúdo é sistematicamente reconstituível, por reflexo ou por mediação, elas [as análises] possuem ampla base comum e têm, ambas, produzido muitas obras de valor. Porém, nos últimos anos, houve uma convergência mais poderosa, tanto em estudos sobre a arte quanto em estudos sobre comunicações, em torno do conceito de "formas". (Williams, 2000: 24-25)*

Para nós, *formas de mediação* são a resultante (força que é a soma vetorial de todas as que agem sobre um corpo) das várias posições discursivas possibilitadas por *fatores de mediação* de natureza e ordens diversas, sob a forma de discursos, relações, habilidades, mecanismos, processos, estruturas, domínios, modelos, dispositivos, articulação, lutas, estratégias, interesses, controles etc.

Houaiss e Villar apontam para o ano de 1670 quando trata-se de definir a origem do conceito de mediação. Para eles, o termo é utilizado

*para designar o ato de servir de intermediário entre pessoas, grupos, partidos, facções, países etc., a fim de dirimir divergências ou disputas; arbitragem, conciliação, intervenção. É o processo pelo qual o pensamento generaliza os dados apreendidos pelos sentidos. É também o processo criativo mediante o qual se passa de um termo inicial a um termo final, pressupondo a idéia de processo, elaboração, decorrência [de tempo] (Houaiss; Villar, 2001: 1876, sublinhados nossos).*

No *Dicionário de Noções Filosóficas* (Jacob, 1990:1584) a mediação significa a operação na qual um *médium* (médio: situado no meio) concilia dois termos em estado de divisão e oposição determinadas (mediar: separar, se interpor), fazendo surgir um resultado.

Avançando na questão, no que tange ao campo da Comunicação e Trabalho, como exposto na [Figura 1](#), **mediação** é um elaborado processo de compreensão intersubjetiva ("terceiro espaço de enunciação") resultante da negociação e disputa pelos sentidos hegemônicos de uma sociedade; oposto de imediato, **mediação** é ultra-passagem, atravessamento, interpenetração, resultante da intersubjetividade que retroalimenta os jogos de saber e de poder na relação entre capital e trabalho.

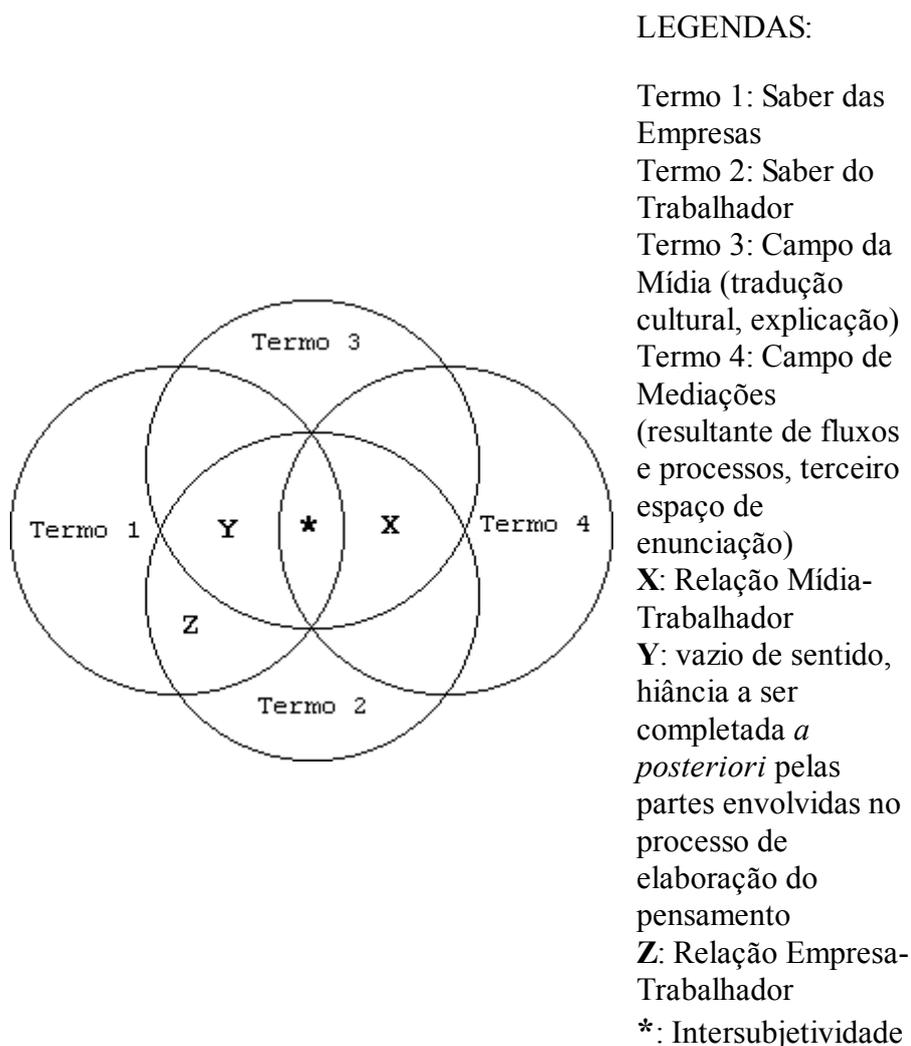


Figura 1. Mediação como processo de compreensão intersubjetiva

O risco filosófico da mediação é fundamental: trata-se de saber se o real deve passar ou não pela mediação - para ser, para ser o que é, ser conhecido e pensado. Nestes termos, a mídia faz a primeira mediação, ao dizer o que vai pelo mundo. Por definição, a mediação não é a primeira, senão ela seria imediatizada (imóvel, ou então movendo-se sem forma e indeterminada). A mediação se opõe ao imediatismo que ela não é (ela supõe o jogo dialético), mas sem o qual ela não é nada. É preciso, enfim, que estas oposições determinadas (e não indiferentes e externas) estejam por sua vez mediatizadas. A mediação requer portanto a diferença, a alteridade e a relação. (cf. Folscheid, 1990)

Nesse sentido, retoma-se a questão do **mediador**, definido como ser ou realidade de natureza ou função

intermediária que exerce uma mediação. A introdução da historicidade coloca fim à dimensão cosmológica e atemporal da noção de mediador. O Cristo mediador é ao mesmo tempo Deus e homem, pessoa singular, no que e por que tudo foi criado. É a parte, o caminho e o vinhedo (João, 10,9; 14,6; 15,5). Ele é o intermediário da graça e da revelação definitiva; ele une e reconcilia; ele continua a interceder por seus fiéis. Como a mídia, que se arvora a interceder por seus fiéis, buscando ser a única mediadora entre o real e os homens.

Esse estatuto traz em germe o confronto entre a mediação impessoal e a a-histórica e a encarnação em uma figura singular limitada. Mas a noção filosófica de mediador pode ser inteiramente desenvolvida na multidão. O mediador ocupa a posição do meio, ele opera a mediação entre extremos que são ligados antes a ele por essência.

Tudo será dado segundo o que a mediação representará ou não. Hegel a definiu assim: "a igualdade consigo mesmo, movendo-se" (*Ph. G.*, Prefácio). O problema maior da mediação consiste na articulação recíproca do conteúdo e da forma.

*Hegel pretende fazer passar todo o conteúdo do cristianismo da representação ao conceito. A verdade da Santa Trindade da mediação torna-se aquela da vida do espírito absoluto, que é automediação (ele coloca ele mesmo seu outro e se reconcilia). Em sua tradução lógica, este movimento requer a contradição, o jogo da negatividade, o Aufhebung (negação - conservação - ultrapassagem/ transposição). A essência encontra a sua identidade no movimento de oposição ao imediatismo que ela inclui (Wesen gewesen ist: o ser é ser-tomado resultado). A dialética (negativamente irracional) é transportada pelo pensamento especulativo (positivamente racional) que vem a tudo mediatizar, na circularidade do sistema (Folscheid, op. cit.:1584)*

O triplo silogístico está no aparelho, na máquina, na ferramenta. Kierkegaard criticou esta pretensão à mediação (*Post Scriptum*), negadora da existência singular, que falha em seu fim, portanto em seu começo. A noção de mediação adquire em seguida uma importância considerável (consciência, relação com o outro, trabalho, política etc.).

Brunkhorst (1996:3) reconhece que ações sociais são sempre parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva, o que introduz a questão do papel do agente ("mediação humana") nos processos através dos quais as ações são coordenadas.

Para ele, os mecanismos para o entendimento da complexidade do real passam, necessariamente, pela mediação:

*Sem mecanismos para a redução dessa complexidade monstruosa [a multiplicidade ilimitada e inconcebível de possibilidades alternativas que podiam ter sido materializadas] e, em princípio, incompreensível de ações significativamente orientadas, e sem mecanismos que integrem de modo funcional as ações individuais, independentemente da vontade e da consciência dos sujeitos, a ordem social parece impossível. A questão é, então, saber se a ordem social pode ser concebida inteiramente sem a formação de vontade coletiva, e se ações sociais podem ser separadas de uma noção de mediação produzida pelos próprios sujeitos, por meio de razões aceitáveis (Brunkhorst, op. cit.:5)*

Neste ponto, é importante reiterar que mediação se opõe ao imediatismo e faz parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva; mediação é tomada aqui como processo de elaboração do pensamento, pelo qual o pensamento generaliza os dados apreendidos pelos sentidos, aproximando-se das noções de apropriação e consumo, e também como processo criativo mediante o qual se passa de um termo inicial a um termo final, pressupondo a idéia de processo, elaboração, decorrência (de tempo).

### **Mediações de primeira ordem e cognição exauriente**

O trabalho é um ato livre mas ele permanece submetido ao reino da necessidade e da coerência - é ditado

por fins externos, é o domínio da opressão, da pena, da urgência da necessidade, e como diz Aristóteles "toda ação imposta pela necessidade é naturalmente aborrecida". Admitindo-se que estejamos liberados da necessidade do imediatismo (o que por si só já pressupõe mediação), as normas do trabalho que nos são impostas por nossas sociedades são o contrário de uma liberdade. Um certo número de tarefas nos esperam mais ou menos idealmente definidas, enquanto se opera esta escrita/ leitura (a produção é igual ao consumo), algumas mais ou menos fortemente normatizadas e padronizadas, como aquelas que implicam no uso de uma ferramenta ou no cumprimento de uma função ou a aplicação de um código ou o exercício de uma profissão, outras mais fluidas na medida em que elas deixam uma marcha de manobra, de indeterminação, de liberdade, de invenção, de criatividade.

Convém lembrar a célebre análise de Freud: "Se ele é livremente escolhido, todo ofício torna-se fonte de nossas alegrias particulares, na medida em que ele permite tirar proveito, sobre suas formas sublimadas, de inclinações afetivas e de energias instintivas evoluídas ou reforçadas já pelo fator constitucional" (Mal Estar na Civilização, p. 25). Pode-se dizer que quando ele está feliz e livre em seu trabalho, o homem tem a impressão de existir ainda mais, de ser ele mesmo. É o que a Antigüidade tinha já observado, pois para os gregos o que era verdadeiramente vergonhoso, não era o trabalho em si, mas a dependência da necessidade. Podemos inferir, então, que o homem é tanto menos livre em seu trabalho quanto ele é submetido a necessidades e tanto mais livre quanto ele realiza suas aspirações. O homem não seria o *homo sapiens*, mas o *homo faber*, o que permitiria esquecer o *homo laborans*, a besta do trabalho. Esta vontade de ação sobre a natureza leva a definição do conceito de trabalho como produtor ou produtivo.

O que a mídia fez no último século - e faz ainda agora - é, direta ou indiretamente, disseminar e tornar dominante velhos sentimentos do trabalho realmente produtivo como castigo, e da preguiça como um crime - embora muito dependente de quem é a pessoa do "criminoso". Para certas classes sociais, portanto, a vida será uma eterna opção entre diferentes círculos do inferno, já que o trabalho é ser ruim mas necessário, já que o não-trabalho traz conseqüências piores e é condenável. Condenável num sentido quase jurídico da palavra, acarretando sanções que levam à negação de acesso aos direitos mais fundamentais do ser humano (de todo modo pouco atendidos mesmo quando se trabalha nesse país).

Dentre as **mediações de primeira ordem** (Mészáros, 1995 revisto por Braga, 2003), cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, estão (1) a regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas; (2) a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo; (3) a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites sócio-econômicos existentes; (4) a constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjunção com as demais determinações e funções de mediação primárias.

A **cognição exauriente**, como o próprio termo indica, é aquela em que o aprofundamento cognitivo se dá de forma mais intensa, sendo uma técnica própria do processo de conhecimento, ontologicamente destinado ao acertamento definitivo do acordo entre as partes num determinado processo comunicativo. A cognição exauriente, tomada de empréstimo ao campo do Direito, destina-se à aquisição daquela estabilidade e eficácia qualificada própria daquilo que passa a ser um saber produzido e compreendido pela elaboração do pensamento. Na Figura 1, a cognição exauriente é ativada pela resultante dos processos de negociação e disputa pelos sentidos hegemônicos de uma sociedade (representada pelo Termo 4, campo próprio da mediação como entre-lugar).

### **Mediações de segunda ordem e cognição sumária**

A **segunda ordem de mediações** corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico, com o apoio sistêmico dos discursos sobre capital e trabalho na mídia.

As condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem, que decorrem do advento do sistema de capital, são encontradas nos discursos da mídia sobre o trabalho por meio dos seguintes elementos: (1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; (2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o mando sobre eles; (3) a personificação do capital como um valor egoísta - com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas -, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; (4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante. Assim, ao passo que cada uma das formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital, o sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, tornando-se o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social.

A **cognição sumária** é a resultante de mediações de segunda ordem, uma cognição menos aprofundada em sentido vertical e, portanto, provisória, dado o seu caráter de urgência, diante da patente incompatibilidade entre o tempo necessário à cognição exauriente e a necessidade de resposta imediata que a situação requer. É a cognição própria das situações aparentes e dos juízos de probabilidade. Trata-se da cognição pertinente aos procedimentos que não permitem, em razão de uma determinada situação, a cognição aprofundada do objeto. A cognição sumária tem a característica dos acordos precários e dos processos de conhecimento que estão em andamento e cujo método, calcado em *juízos de probabilidade*, mais tarde, com outras mediações, pode dar lugar à "reforma de uma ilusão", já que, até o momento anterior, o campo comunicacional estava permeado pela verossimilhança de uma situação cuja aparência de verdade - mesmo que provisória - não exigia a cognição exauriente. Na [Figura 1](#), a cognição sumária refere-se a um momento específico na relação entre-campos: o momento da intersubjetividade flagrada num instantâneo, num processo sumário representado pela interseção de todos os campos.

De modo esquemático, temos:

<b>COGNIÇÃO SUMÁRIA</b>	<b>COGNIÇÃO EXAURIENTE</b>
Mediações de Segunda Ordem	Mediações de Primeira Ordem
Redução Polifônica	Polifonia
Contratos com <i>acordos precários</i> , que têm aparência de necessidade real, mas que são <i>necessidades sentidas/ estimuladas</i>	Contratos com <i>acordos estáveis</i> , originados de <i>necessidades reais</i>
Pilar da regulação social	Pilar da emancipação social
<b>MÍDIA</b>	<b>SUJEITO COGNOSCENTE</b>
Tradução cultural, explicação	Conhecimento, compreensão ativa
Imediatismo - Mediação tecnocapitalista da intersubjetividade humana	Mediação como resultante e como processo de elaboração do pensamento

*Quadro 1. Características da cognição em função de diferentes tipos de mediação*

### **A construção de uma tipologia de mediações para o trabalho**

Respaldados pela obra de Gramsci e de estudiosos filiados à sua produção intelectual, desenvolvemos uma **tipologia para a mediação do trabalho** (Braga, 2002) constituída por sete tipos de mediação - quatro intimamente relacionadas às mediações de segunda ordem (precarização do trabalho e exclusão social; subordinação; coerção e consentimento), e três ligadas às mediações de primeira ordem (resistência; organização sindical e projeto). Importante ressaltar que **as diferentes instâncias** (ou momentos) de mediação do trabalho **estão expressas na produção, circulação e consumo** dos discursos sociais que permitiram a construção da tipologia, o que confere o caráter de "resultante" às práticas de mediação.

Assim, temos:

## **I - Mediações Negativas (originadas por mediações de segunda ordem)**

1. *Mediação por precarização e exclusão - Precarização* - Difusão de métodos e situações de trabalho precário, com a exigência de desempenhos sempre superiores em termos de produtividade, disponibilidade, disciplina e abnegação. **Exclusão** - Produção de sentidos hegemônicos sobre o trabalho em que a fronteira entre a exclusão social e a sobrevivência diária está cada vez mais indistinta. Discursos que apresentam pessoas que não conseguem acompanhar a constante e necessária atualização profissional e com isso ficam para trás na corrida competitiva (desemprego, subemprego).

2. *Mediação por subordinação* - Discursos sobre os que se transformaram em trabalhadores "subordinados"; os tempos e os lugares de trabalho passaram a não depender mais da natureza, mas das regras empresariais e dos ritmos da máquina, segundo os quais o operário não passava de uma engrenagem. Tanto o homem como o seu trabalho, ao estarem submetidos ao capital, aparecem, ao mesmo tempo, como atividade produtiva e natureza estranhas às suas potencialidades concretas.

3. *Mediação por coerção* - Discursos sobre a hegemonia do capital na produção baseada na instauração de uma série de "dispositivos coercitivos" implícitos nos mecanismos do despotismo de mercado - a força da legislação e dos regulamentos, a coerção da necessidade e também da fome - para fixar o trabalhador em sua tarefa e nela conservá-lo através de um leque de vantagens "sociais" que vão qualificar um *status* constitutivo da identidade social. Discursos sobre o trabalho como única saída para os que estão reduzidos à necessidade de trabalhar a matéria ou de cultivar a terra para sobreviver, ao mesmo tempo uma necessidade econômica e uma obrigação moral, inscrevendo "naturalmente" os trabalhadores em esquemas disciplinares.

4. *Mediação por consentimento* - Os discursos apregoam que somente sobreviveremos se nos superarmos e nos tornarmos ainda mais eficazes, com sacrifícios individuais consentidos pelas pessoas e sacrifícios coletivos decididos em altas instâncias, em nome da razão econômica. Nesse oásis da "nova ordem", o neoliberalismo é aceito por consenso, e age essencialmente pelas forças nele instaladas em posições de privilégio, as forças do imperialismo. Soma-se a isso que parte importante do "tempo livre" dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir "empregabilidade", palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital.

## **II - Mediações Positivas (originadas de mediações de primeira ordem)**

5. *Mediação por resistência* - A mediação por resistência pressupõe a construção de níveis mais avançados de sociabilidade que encontram sua origem a partir do trabalho, do intercâmbio metabólico entre ser social e natureza. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo.

6. *Mediação por organização sindical* - A mediação por organização também pressupõe a construção de níveis mais avançados de sociabilidade que encontram sua origem a partir do trabalho, do intercâmbio metabólico entre ser social e natureza. Na medida em que a mediação do trabalho aparece como um elemento que busca posições finalísticas, supera-se a pura representação natural: o trabalho é o elemento que constrói a consciência, na medida em que a saída de si desta última (a consciência) só é possível quando a natureza deixa de ser elemento estático, e isto se dá pela mediação do trabalho.

7. *Mediação por projeto* - A mediação por projeto é a tentativa consciente de dar sentido ou coerência à experiência da fragmentação de papéis e heterogeneidade de mundos na complexidade social, organizando a conduta no sentido de atingir fins específicos. O *projeto* é consciente, envolve algum tipo de cálculo e planejamento; deve fazer sentido, mesmo que rejeitado, na relação com os contemporâneos; e pressupõe uma margem de escolha que indivíduos e grupos têm em um *campo de possibilidades* histórica e culturalmente circunscrito (Cf. Velho, 1981). A mediação por projeto não é realizada única e exclusivamente em função da vontade individual de um sujeito, mas é produto da interação entre vários

sujeitos com projetos específicos (coincidentes ou conflitantes), num processo de permanente negociação.

Em um quadro sinóptico temos:

<p><b>MEDIAÇÃO NEGATIVA</b> (qualificação da ação não forçada)</p>	<p>Mediações de segunda ordem/ subordinação das funções reprodutivas sociais</p>	<p><b>Precarização e Exclusão Social</b> <b>Subordinação</b> <b>Coerção</b> <b>Consentimento</b></p>	<p>Produção de <b>Identities Legitimadoras</b></p>
<p><b>MEDIAÇÃO POSITIVA</b> (qualificação da vontade autodeterminada)</p>	<p>Mediações de primeira ordem/ regulação do processo de trabalho/ organização, coordenação e controle das atividades/ alocação de recursos para lutar contra a escassez/ regulamentos societais</p>	<p><b>Resistência</b> <b>Organização Sindical</b> <b>Projeto</b></p>	<p>Produção de <b>Identities de Resistência e Identities de Projeto</b></p>

*Quadro 2 - Formas de Mediação do Trabalho*

Através (ou por meio de) *mediações de segunda ordem*, os discursos sobre trabalho na mídia eletrônica (na grade de programação televisiva, objeto de nossa análise), nos meios impressos (jornais e revistas) e mesmo em meios notadamente afeitos aos discursos que deveriam associar-se aos movimentos sociais, sindicatos e outras formas coletivas de *resistência*, assujeitam o trabalhador, seja sob a forma de precarização de sua existência e exclusão social, subordinação, coerção ou consentimento. O plano de mobilização pela resistência e organização sindical, até a transição do governo FHC para o de Lula, estava sob o controle hegemônico de formas simbólicas que promoviam a aliança entre trabalhadores - que devem promover os meios de sua própria subsistência nos setores privado e público - e empresários/gestores - através de enunciados que garantem ser a educação para o trabalho uma das mais eficazes formas de superar as desigualdades, como se as resultantes de precarização e exclusão estivessem dissociadas de suas próprias práticas sociais. A velha roupa nova, revisitada: primeiro fazer crescer o bolo, para depois compartilhar (o terrível, aqui, é que os trabalhadores são o *fermento*).

Para alcançar seus objetivos de mudança social pelo discurso, a luta hegemônica travada até aqui faz crer que o "fetichismo tecnológico", que consiste em tratar a ciência e a tecnologia como variáveis independentes e determinantes, que esconde as relações sociais que as produzem (principalmente no campo da comunicação/ educação/ trabalho) segue o raciocínio: a ciência determina a tecnologia, a tecnologia impõe o tipo de organização de trabalho, o tipo de organização de trabalho determina as qualificações e, por extensão, as exigências de ensino e da formação humana. Este raciocínio escamoteia as determinações econômico-políticas, omitindo o dado essencial: o desenvolvimento da ciência e da tecnologia depende dos poderes econômicos e políticos e as suas vinculações com o trabalho dependem de decisões oriundas do campo de políticas públicas, que devem ser submetidas ao controle democrático.

Também as instituições que se ocupam da formação técnico-profissional necessitam ser submetidas ao mais amplo controle democrático. O controle da natureza desta formação tem ficado de forma unilateral nas mãos do capital, através de instituições próprias ou instituições que o representam (CNI, Senai, Sebrae, Sesi etc), com o respaldo da mídia eletrônica e do sindicalismo de parceria ou de empresa, que têm servido à construção de um tipo particular de identidade operária no Brasil e também à produção de escassez (material e simbólica).

Essa produção de escassez - sempre reiterada pela precarização da existência humana, a subsunção ao capital e à exclusão social - foi frequentemente associada à incapacidade operativa do "povo" e dos

"gestores da economia e da política" para a implantação de um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social e na superação das desigualdades. Inscrevemo-nos, ao menos no que tange aos próximos quatro anos, em uma nova jornada, devido às nossas "capacidades operativas". O exemplo mais palpável é a sensível ruptura de um modelo de discurso levado a termo até a realização do segundo turno das eleições presidenciais (na segunda quinzena de outubro de 2002) para a implantação já no dia seguinte, do esboço de um novo modelo discursivo voltado para o enfrentamento das questões sociais, com "paz e justiça social", com novos sentidos para "trabalho", "negociação", "entendimento nacional" e "superação das diferenças", numa tentativa de, a um só tempo, reforçar a racionalidade produtiva e gerar consenso para a "mudança" através da disputa pelos sentidos hegemônicos em jogo.

A análise das estratégias do capital para o controle hegemônico - associadas ao entendimento das relações de trabalho em construção desde a vigência do paradigma industrial de acumulação, tempo em que a coerção e a força ainda mediavam de forma aguda a tônica da *produção simbólica* da classe trabalhadora - deu origem ao mapeamento conceitual que sintetiza a mudança do discurso social sobre Trabalho em curso no Brasil. Esse mapeamento é, em síntese, um mapa de viagem das conclusões a que chegamos com as pesquisas levadas a termo sobre Comunicação e Trabalho em nossa tese de doutoramento.

Assim procedendo, criamos, é bem verdade, um *modelo conceitual* que auxilia no entendimento da articulação entre discurso, poder e ideologia, identificando exemplos particulares de discurso, a estruturação e a reestruturação das ordens do discurso. O processamento textual, expresso no modelo, contribui para explicar as dimensões da linguagem em vários níveis.

O modelo conceitual expresso nos quadros expressa, em linhas gerais, a rearticulação das forças hegemônicas do Capital e do Trabalho - que geram, em conflito, a luta de classes, principal motor da História - e que têm na Indústria Cultural o principal ator da mediação tecnocapitalista da intersubjetividade humana. As **estratégias** correspondem a quatro períodos históricos distintos: **período de acumulação** (paradigma industrial), **Hegemonia I** (anos 80), **Hegemonia II** (anos 90) e **Hegemonia III** (Sec. XXI). As **dimensões** referem-se à **produção científica** das diferentes épocas (ciência como força produtiva, ciência como discurso de verdade, ciência como discurso de bem-estar, ciência como discurso de lealdade); à produção de **subjetividade** e aos diferentes *projetos* do capital e do trabalho (em que a divisão em classes, sexos e raças dá lugar à cidadania como projeto, ao cliente-consumidor-aprendiz e a distintos modos de fetichismo da racionalidade científica, da mercadoria e do consumidor); ao **projeto hegemônico** (produção centrada nos recursos, transição da produção, produção voltada para a demanda, especialização flexível); às **relações de trabalho** e suas **mediações** por precarização e exclusão social, subordinação, coerção, consentimento, resistência e organização sindical.

Fairclough (2003) afirma que a relação entre textos e práticas sociais são muito complexas - diante da massa textual "mediada" pelos *mass media* - e se relacionam ao *movimento dos sentidos*: de uma prática social a outra, de um evento a outro (e também de um gênero discursivo a outro). Implica dizer que, para o autor, a mediação é um processo complexo que envolve "cadeias" ou "redes" textuais, que no novo capitalismo, e diante da globalização e do poder de agir à distância, possibilitam diferentes ações no tempo e no espaço, incrementando o exercício do poder.

DIMENSÕES	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	SUBJETIVIDADE	PROJETO HEGEMÔNICO	MEDIAÇÕES DO TRABALHO
ESTRATÉGIAS				
ACUMULAÇÃO (PARADIGMA INDUSTRIAL)	CIÊNCIA COMO FORÇA PRODUTIVA	DIVISÃO EM CLASSES, SEXOS E RAÇAS	PRODUÇÃO VOLTADA PARA OS RECURSOS	COERÇÃO

HEGEMONIA I (BRASIL: ANOS 80)	CIÊNCIA COMO DISCURSO DE VERDADE	CIDADANIA COMO PROJETO FETICHISMO DA RACIONALIDADE CIENTÍFICA	TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO	ORGANIZAÇÃO SINDICAL / RESISTÊNCIA
HEGEMONIA II (BRASIL: ANOS 90)	CIÊNCIA COMO DISCURSO DE BEM-ESTAR	CONSUMIDOR COMO PROJETO FETICHISMO DA MERCADORIA	PRODUÇÃO VOLTADA PARA A DEMANDA	SUBORDINAÇÃO
HEGEMONIA III (BRASIL: SEC. XXI)	CIÊNCIA COMO DISCURSO DE LEALDADE	CLIENTE, CONSUMIDOR, APRENDIZ FETICHISMO DO CONSUMIDOR	ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL (PRODUÇÃO DE ESCASSEZ)	PRECARIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL / CONSENTIMENTO OPERÁRIO

*Quadro 3. Estratégias do capital para o controle hegemônico através da mediação tecnocientífica da intersubjetividade humana*

O quadro acima apresenta a mudança nas ordens de discurso e remete-se às três tendências abrangentes de mudança discursiva, propostas por Fairclough (2001), que afetam a ordem societária de discurso: a **democratização**, a **comodificação** e a **tecnologização** do discurso, com os diferentes lugares de fala acerca da produção científica no tempo e no espaço (cf. Santos, 2000).

### **Desproporção, menosprezo e mistificação**

Poucas forças sociais exerceram tanta influência sobre a evolução das atividades laborais no século XX quanto a mídia. Sem dúvida, mais do que qualquer outra, foi ela que determinou o aprofundamento da divisão social do trabalho e o crescimento astronômico do distanciamento entre tarefa e recompensa, com grandes abismos não só entre a remuneração do trabalho e a do capital, mas também entre as de diferentes trabalhos.

Tomemos, portanto, como ponto de reflexão o fato de que a mídia provocou e provoca uma nova dinâmica no conceito "trabalho". Desde a mais tenra idade, somos bombardeados com mensagens que determinam em boa parte o processo de recorte de mundo com que elaboramos nossas primeiras categorias de linguagem, e que mais tarde condicionam o uso discursivo do conceito "trabalho".

No campo da Indústria Cultural, a televisão - espaço de poder estratégico que demonstra a perenidade da hegemonia audiovisual e a sua constituição em ator decisivo das mudanças políticas e da co-geração de políticas públicas - tem contribuído para promover as disputas e as negociações de sentidos hegemônicos sobre o papel dos setores público e privado na definição de políticas para o mundo (cada vez mais precário) do trabalho. Assim, a Indústria Cultural constitui-se como a mais complexa reorganização da hegemonia; as mídias apresentam-se como atores sociais de grande importância para as decisões públicas e privadas e para o triunfo da experiência de mercado e da centralidade do trabalho.

Antunes nos auxilia na construção de argumentos para a análise:

*Se é um grande equívoco imaginar o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, é entretanto imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes conseqüências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm sido experimentadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da (des)sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a*

*crítica e a desfetichização das formas de representação vigentes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea. (Antunes, 2000:16)*

Com a instauração de novas categorias do capital simbólico (ecologia e meio ambiente, economia auto-sustentável, qualidade de vida, "capital saber") surge a demanda por uma nova força de trabalho, mais qualificada e voltada para o racionalismo da técnica. Testemunhamos a emergência e constituição de um operário de sentidos atravessado pela ideologia cientificista, mediado pelos discursos televisivos e afetado pelo espaço-tempo do trabalho, instância privilegiada em que se originam as múltiplas formas de mediação e de consumo de bens simbólicos.

Pensou-se que o trabalho tivesse um conceito simples e objetivo, aplicável em toda parte. É certamente possível - embora muito difícil - ter em toda parte medidas e cálculos referentes a atividades que se definiram por sua representação. Não se pode negar, entretanto, que a questão se coloca em saber se a categoria trabalho, nas condições tal como ela é definida pela ciência econômica, não é mais tributária do que se acredita propriamente da experiência do mundo moderno.

A essência humana, para Marx, é característica fundamental do homem liberto do estranhamento do trabalho e sua efetivação vincula-se à descoberta tanto deste estranhamento como das possibilidades da sua superação, possibilidades que, em si mesmas, alçam os homens à perspectiva de uma individualidade plena no interior de uma universalidade articulada, genérica, mas que não podem ser compreendidas como emancipação humana sem a concorrência da superação da diferença nuclear entre capital e trabalho.

Em nossa tese de doutoramento (Braga, 2002) estudamos o mundo do trabalho representado na grade de programação televisiva - cujo processo de organização, alimentado pelas práticas do Estado e das grandes corporações, tem a finalidade essencial de intensificar as condições da força de trabalho, eliminando o trabalho improdutivo - demonstrando que as práticas discursivas estão voltadas para a subsunção do trabalho ao capital, para o consentimento operário à desregulamentação dos direitos do trabalho, ao aumento da fragmentação da classe trabalhadora, à precarização e terceirização da força de trabalho, à destruição do sindicalismo e à construção de um sindicalismo de parceria ou sindicalismo de empresa.

Os meios de comunicação modificaram a estrutura da sociedade civil, instaurando uma enorme capacidade de consenso e de mobilidade ideológica. A tarefa histórica dos meios de Comunicação Social vem sendo exercida através da colaboração no projeto de acumulação da riqueza; a criação de uma ideologia "modernizante" e a instrução das classes trabalhadoras. Mais recentemente, vem dirigindo os espíritos nacionais para os novos interesses do capitalismo transnacional. Os órgãos de Comunicação tornaram-se a memória social e foi ainda através deles que se produziram importantes consensos coletivos que viriam a cristalizar na construção da hegemonia cultural da classe dominante. É nos nexos imateriais da produção de linguagem, da comunicação e do simbólico - desenvolvidos pelas indústrias de comunicação - que encontram-se os laços que expressam o movimento e controlam o sentido de direção do imaginário na nova ordem mundial.

Esse tipo de construção hegemônica está ancorado na articulação discursiva de C&T, grandes corporações industriais e a mídia televisiva, gerando um conhecimento voltado para a instauração de uma nova ordem na economia. O controle dos sentidos de linguagem e comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a disputa pela hegemonia.

O discurso empresarial nunca falou tanto de confiança, de cooperação, de parceria, de lealdade e de cultura de empresa. Para isso, a mídia assume papel fundamental e preponderante na construção da identidade operária no Brasil, pois parecem distantes - com a crise do sindicalismo - a constituição de uma resistência estratégica e organizada da classe trabalhadora, a luta pela construção do contra-poder crítico, próprio da democracia, e a proposição de alternativas à exclusão social, à submissão ao capital e à precariedade da existência.

Em face desse panorama, costuma-se invocar uma velha justificativa: a mídia não cria realidades, apenas as exhibe, tão fielmente quanto possível. Para pôr abaixo esse argumento, bastaria reconhecer que exibir certas

realidades e não outras é determinar contextos para a criação de significados. Vamos porém aprofundar as bases desse juízo de valor: qual deveria ser a medida para uma atuação socialmente relevante da mídia com relação ao valor do trabalho?

Evidentemente, não é um mal em si um produto da indústria cultural que informa sobre a retribuição irrisória, sobre a penosidade, sobre o sofrimento de se trabalhar em nosso país. Seu conteúdo inclui, em maior ou menor grau, uma crítica a esse estado de coisas, mesmo quando trata do tema de maneira divertida, como Chico Buarque na "Ópera do Malandro". A preocupação surge, em primeiro lugar, da desproporção entre a veiculação desses produtos e a dos que exaltam o valor do trabalho enquanto poder criador do homem, de transformação do mundo. É o processo decisório do canal, mais do que o conteúdo das mensagens, a fonte de uma contextualização que nega ao trabalho, no Brasil, um amplo campo de significados socialmente muito relevantes, e que poderiam ajudar a inverter um sentimento generalizado de descrença. Inclusive levando a uma maior reflexão e atuação políticas.

Em segundo, temos os conteúdos de deslavado menosprezo pelo trabalho, presentes em numerosas mensagens absolutamente privilegiadas pela sacerdotisa do ócio. A recente propaganda de certo "reality show" televisivo, por exemplo, incluiu *slogans* que pareciam resumir o objetivo da vida em ganhar muito dinheiro. Ao tempo em que um letreiro literalmente passa a mensagem "**GANHE DINHEIRO SEM SAIR DE CASA**", um locutor em *off* anuncia: "você tem mais uma chance de ficar rico e famoso na frente de todo mundo". Em tais mensagens, fomenta-se a amoralidade, quando menos subliminarmente, como se com o Muro de Berlim houvessem caído também os últimos dos escrúpulos com que o capitalismo construiu sua grandeza a partir da disseminação da ética calvinista do trabalho, expressa no aforismo "mãos desocupadas, oficina do diabo".

Em terceiro, temos a criação artificiosa de grandes "mitos" da mídia, quer para valorizá-la como canal, quer para gerar a conveniência (necessidade?) de contratação do "mito" como "furacão publicitário", de todo modo auxiliando a criar a cultura do show, do mostrar-se como fonte do sucesso, em oposição ao do trabalho efetivamente produtivo. É difícil explicar, por exemplo a inacreditável recorrência de fotos, fotolegendas e matérias sobre certa atriz de telenovelas no caderno de cultura do jornal de maior circulação do País, sem maiores motivos que os existentes para expor muitas outras atrizes. A mídia, aliás, produz também os seus mitos negativos, pois é preciso haver vilões permanentes, que devem perder sempre. É o caso dos assassinos da atriz Daniela Perez, que apesar de submetidos ao tratamento legalmente previsto, arcam também com as penas do "Código Penal" da mídia. Somente a título de exemplo, legendas de fotos a respeito de tais pessoas não hesitam em utilizar termos como "assassino confesso", que embora verazes, não estão presentes em outras matérias em que tal descrição se aplicaria igualmente. Na mesma linha do mito publicitário vamos encontrar certos "fenômenos" dos campos de futebol ou das pistas da Fórmula-1, alguns infelizmente (para o imaginário da nação) desmentidos ou vitimados pela realidade.

Castells afirma que

*a política informacional posta em prática principalmente por manipulação de símbolos no espaço da mídia combina com este mundo das relações de poder em constante mudança. Jogos estratégicos, representação sob medida e liderança personalizada substituem eleitorados de classes, mobilização ideológica e controle partidário, características da política da era industrial. (Castells, 2000:424)*

Portanto, a medida para um trabalho socialmente relevante da mídia com relação ao conceito do trabalho passa pelo combate à desproporção, menosprezo e mistificação responsáveis pelo contexto discursivo predominante desse vocábulo nos dias de hoje.

As batalhas culturais são lutas pelo poder e no entendimento de Castells

*são travadas basicamente dentro da mídia e por ela, mas os meios de comunicação não são os detentores do poder. O poder, como capacidade de impor comportamentos, reside nas redes de troca de informação e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais e movimentos culturais por intermédio de ícones, porta-vozes e amplificadores intelectuais. No longo*

*prazo, não importa quem está no poder a distribuição dos papéis políticos torna-se generalizada e rotativa. Não há mais elites estáveis do poder. Há, contudo, elites resultantes do poder, ou seja elites formadas durante seu breve período de detenção de poder em que tiram vantagens da posição política privilegiada para obter acesso mais permanente aos recursos materiais e às conexões sociais. A cultura como fonte de poder e o poder como fonte de capital são a base da nova hierarquia social da Era da Informação. (Castells, 2000:424-425)*

Uma mídia mais compromissada com o valor social do trabalho - há trabalho demais, porque todos contribuem para a construção da riqueza social, que nasce da comunicação (que de certo modo produz a produção), da circulação e da capacidade de coordenar os esforços de cada um (da produção de subjetividade e valor econômico) -, mesmo numa sociedade ideal em que a tecnologia e o distributivismo permitissem uma maior quantidade de trabalho imaterial (nas palavras de Bakhtin, a *criatividade* como processo social, quando define o trabalho imaterial como superação da divisão entre trabalho material/trabalho intelectual) é e será eternamente uma premissa de uma sociedade sadia, em que seja possível edificar uma forma de mediação social verdadeiramente natural e humana, na medida em que não se pode imaginar um homem feliz sem que tenha orgulho de ser sujeito do mundo, livre da exploração do homem pelo homem, sem a satisfação de deixar a marca de sua existência para a posteridade, sem que possa "colocar as mãos sobre milênios como sobre cera branda" (Nietzsche, Crepúsculo dos Ídolos), e moldar com seu trabalho aquilo que imagina ser um futuro melhor para nossos sucessores neste planeta.

## **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000 (3a edição).

BRAGA, William Dias. "A estupidez heróica do capital (sob o risco de um novo contrato social): a redescoberta democrática do trabalho e a conversão do Estado em novíssimo movimento social". Artigo apresentado no *XII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS, GT Políticas e Estratégias de Comunicação*. Recife-PE, jun. 2003.

BRAGA, William Dias. *Operários de Sentidos na Aldeia Global; mediação do trabalho, reestruturação produtiva e construção de identidades*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. ECO/UFRJ, 2002.

BRUNKHORST, Hauke. "Ação e Mediação". In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 2-5.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio - (A era da informação: economia, sociedade e cultura v. 3)*. 2 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse; textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003. p. 30-35.

FOLSCHEID, D. "Médiation". In: JACOB, André (Direction). *Les Notions Philosophiques - Dictionnaire*. Tome 2; Philosophie occidentale: M-Z (volume dirigé par Sylvain Aurox). Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 1990. p. 1584-1585.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1876-1877.

JACOB, André (Direction). *Les Notions Philosophiques - Dictionnaire*. Tome 2; Philosophie occidentale: M-Z (volume dirigé par Sylvain Aurox). Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 1990.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3a. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Col. Primeiros Passos).

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 1. I, v. 1.

MARX, Karl. "Para a Crítica da Economia Política". In: Marx - (*Para a Crítica da Economia Política; Do Capital; O Rendimento e suas Fontes*). São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Col. Os Pensadores).

MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital - (Towards a theory of transition)*. London: Merlin Press, 1995.

RAMBALDI, Enrico. "Mediação". In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 10, Dialética. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988. p. 143-174.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente; contra o desperdício da experiência - (para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática v. 1)*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen. *Novos Paradigmas em Mediação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (2a. edição).

WILLIAMS, Raymond. "Mediation". In: *Keywords; a vocabulary of culture and society*. Revised and expanded edition. New York: Oxford University Press, 1985. p. 204-207.

**Sobre o autor / About the Author:**

William Dias Braga

[wdb@domain.com.br](mailto:wdb@domain.com.br)

Doutor em Comunicação e Cultura.

Jornalista e Professor Adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO/UFRJ